

## **A Educação Profissionalizante no Brasil e o Decreto nº 5.154/2004**

Solange Flôres de Souza  
Eglen Silvia Pipi Rodrigues

### **Resumo**

O presente trabalho advém de uma dissertação de mestrado em andamento e, tem como finalidade compreender o caráter ideológico da política pública educacional, no que diz respeito ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP no Estado de Mato Grosso a partir da análise da implantação do Decreto nº 5.154/2004 e sua implementação em uma escola estadual no município de Rondonópolis. Para tanto o mesmo busca traçar um panorama histórico acerca da educação profissional no Brasil a fim de auxiliar o processo de entendimento do objeto de estudo. Vale ressaltar que a metodologia utilizada no presente trabalho diz respeito à Teoria Comunicativa Crítica e que as análises, ainda que parciais, evidenciam algumas dificuldades no processo de implementação e na execução do referido programa.

**Palavras-chaves:** Educação Profissional. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Política Pública Educacional.

### **Educação e o Ensino Médio no Brasil**

A pesquisa tem por finalidade identificar e analisar a trajetória político-educacional no Estado de Mato Grosso e, aprofundar os estudos acerca das políticas públicas educacionais que deram origem ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Desta forma, realizamos na sua fase inicial um levantamento bibliográfico dos trabalhos acadêmicos já produzidos e publicados sobre o tema em questão.

No intuito de compreendermos melhor o objeto de estudo, fez-se necessário também transitar pelas produções das políticas públicas atuais, uma vez que o sistema integrado de ensino se configura como um dos programas do Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio do Programa Brasil Profissionalizado.

Diante do exposto, nosso questionamento baseia-se na seguinte pergunta: o Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem garantido aos alunos uma formação de acordo com as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso?

Assim, para responder tal pergunta foram traçados alguns objetivos mais específicos a fim de averiguar se o Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional oferece aos jovens formação necessária para o mercado de trabalho e para o mundo da vida, os quais sejam: Compreender as finalidades desta nova modalidade de educação profissional; Verificar os limites e dificuldades na implementação deste programa; Descrever e analisar a compreensão dos envolvidos (professores e alunos) no processo de ensino e aprendizagem desta modalidade de ensino.

O ensino médio integra a última etapa da educação básica, portanto é considerado, instrumento básico para a construção e o exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento das atividades produtivas e, principalmente para o amadurecimento intelectual do indivíduo. Assim, tal ensino, possibilita uma formação para a autonomia e responsabilidade, visando aos jovens à continuidade nos estudos, condição fundamental para a vida prática do sujeito, tanto na qualificação profissional, quanto para o exercício da cidadania.

Diante disso, é possível compreender que o ensino médio, necessita estabelecer uma relação mais direta entre o trabalho e a cultura, uma vez que tal modalidade de ensino visa a emancipação de jovens estudantes, futuros trabalhadores, fornecendo condições para se tornarem cidadãos de direitos. Desta forma, o trabalho poderá deixar de ser avaliado meramente como adaptação ao modelo mercantilista e, este será analisado sobre outro prisma, ou seja, como “princípio educativo”.

Para Ciavatta, o trabalho como princípio educativo sugere “superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATA, 2005, p.84).

Mediante tal mudança de visão, o educando será capaz de criar sentido no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo a importância e o valor que o conhecimento formal tem em sua vida e contribuir com ações transformadoras.

É papel social da escola promover condições que favoreçam a construção de conhecimentos e de valores que contribuam para a consolidação da cidadania, haja vista que,

a escola não deve limitar-se apenas à função de ensinar, pois, diante das mudanças ocorridas na sociedade, principalmente nos dois últimos séculos, após a revolução industrial, faz-se necessário a criação de espaços que possibilitem aos alunos o acesso aos bens culturais e a ocupação educativa.

De acordo com Pérez Gómez:

“É preciso sim transformar vida da aula e da escola, não apenas em sua estrutura física, mas de modo que os alunos possam vivenciar práticas sociais educativas e intercâmbios acadêmicos “que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação à crítica, a iniciativa e a criação” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p.26).

É nessa trajetória, que os estudos e os debates na área da Política Pública Educacional têm assinalado os desafios da escola diante das contradições da sociedade atual, na qual se evidenciam avanços científicos e tecnológicos numa velocidade nunca antes presente, coabitando com velhas questões ainda não resolvidas das quais podemos destacar: a miséria social, a fome, a violência nas escolas, o desajuste familiares, o avanço da criminalidade etc., justificando a crítica mais pertinente que se pode apontar para os sistemas de ensino da atualidade, que mesmo não atendem à demanda e as necessidades oriundas da economia globalizante.

Entendemos que, as reformas para obterem êxito, necessitam do envolvimento de todos os profissionais da educação, haja vista que, não bastam apenas reformas, reestruturação e organização da grade curricular, a mudança deverá ser mais ampla. É necessário um engajamento por parte dos professores preparados e valorizados, além de investimentos na infraestrutura escolar, condizente com a sociedade atual.

Quanto aos profissionais, é necessário que estes tenham melhores condições de trabalho, para que possam contribuir com os projetos desenvolvidos pela escola, pois, muitos dos professores possuem dupla jornada de trabalho, alternando o público com o privado, dobrando turnos para obter uma maior remuneração.

E com relação aos estudantes, o cenário que se apresenta nos faz perceber que grande parte dos jovens que procuram pelo ensino médio profissionalizante possuem muitas expectativas quanto à sua formação profissional, uma vez que muitos buscam nesta modalidade de ensino um curso em nível médio, que ofereça uma qualificação diferenciada que garanta sua atuação e permanência no mercado de trabalho.

## **A Política Pública para a Educação Profissionalizante**

A educação profissional no Brasil, sempre existiu, sob as mais variadas modalidades de ensino e, historicamente, foi marcada pela oferta dual do ensino, pois desde os primeiros vestígios de educação no Brasil, ainda no Sistema de Aldeamento ministrado pelos Jesuítas, o ensino profissional sempre esteve direcionado à formação de mão de obra para o trabalho, dentre as quais se destacavam: o ensino propedêutico, cuja finalidade era preparar o jovem para dar continuidade aos estudos e, o ensino profissionalizante, destinado a formação de técnico para o mercado de trabalho. Sendo o último ofertado em caráter assistencialista, destinados aos órfãos e os desvalidos.

Ainda no período colonial, a economia brasileira era alicerçada no modelo agroexportador, utilizando a mão de obra escrava e, assim permanece por um período de tempo, consolidando o Brasil como um país escravocrata. Diante de tal realidade, da inserção da mão de obra escrava no Brasil, o trabalho técnico, passou a ser visto como ocupação manual da qual necessita de esforço físico, fato este que contribui para a negação ao ensino profissionalizante e o fortalecimento da dualidade na oferta da educação. Conforme Kuenzer (2001, p.34) “a dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho”, uma vez que trabalho manual era de responsabilidade dos escravos, assim, configura-se o ensino técnico no Brasil, introduzido de maneira excludente e discriminatória.

O ensino médio até então, por não ter sido considerado ensino obrigatório, não foi contemplado com políticas públicas incisivas que pudessem atender a todos, como foi o caso do ensino fundamental. Somente a partir de 1909, no governo de Nilo Peçanha, que o tema passou a ser pauta de discussões, dando origem ao Decreto Lei nº 7.566 de 23 de setembro, o qual estabelecia a implantação de dezenove escolas de Aprendizes e Artífices, distribuídas uma em cada Capital brasileira, destinados ao ensino primário, técnico e gratuito, ampliando a oferta do ensino profissionalizante.

Para Kuenzer, a educação profissional originou-se destinada a preparar uma determinada população para o trabalho, pois,

[...] antes de pretender atender as demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação

profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2001, p.27).

Os debates em torno das políticas públicas avançaram nas últimas décadas e, um dos motivos que contribuiu para o desenvolvimento deste novo cenário, foram as conquistas das condições democráticas que se estendeu por vários lugares no mundo, principalmente no que diz respeito às questões voltadas à governabilidade.

De acordo com Azevedo (2003, p.38), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Desta forma, quando nos referimos à política, entendemos que esta refere-se diretamente à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Muitas vezes, para se regulamentar uma política, torna-se necessário reformular leis, ou até mesmo extingui-las, dependendo das concepções e opções ideológicas propostas pelas equipes dirigentes do Estado, considerando o contexto social de cada período histórico. Nesse sentido, no que se refere à política educacional, podemos destacar que as políticas públicas são leis, ações que regulam e orientam os sistemas de ensino.

As reformas nas leis geralmente são influenciadas pelos organismos internacionais, a exemplo temos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, que a partir da década de 90 propõem mudanças para os países subdesenvolvidos, ou seja, a maneira com que os governantes devem agir para elevar a qualidade do ensino e para atingir os níveis educacionais dos países ricos, faz-nos acreditar que essa seja a única saída possível para a crise.

Fonseca (2001) afirma que:

[...] se por um lado, as políticas sociais e educacionais podem ser interpretadas como instrumento de controle social e como formas de legitimação da ação do Estado e dos interesses das classes dominantes, por outro lado, também não deixam de poder ser vistas como estratégias de concretização e expansão dos direitos sociais, econômicos e culturais, tendo, neste caso, repercussões importantes (embora, por vezes, conjunturais) na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos grupos sociais mais vulneráveis às lógicas de exploração e da acumulação capitalista. (FONSECA, 2001, p.22).

Portanto, as políticas públicas profissionalizantes sofreram influência econômica, social e cultural, sendo criadas ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira, subordinada aos interesses da sociedade, regulamentando a educação brasileira na tentativa de tornar o ensino nacional mais acessível e, ao mesmo tempo elevar a qualidade do ensino no

país. Nesta perspectiva, por atender uma demanda social, o ensino médio e o ensino profissional sofreram algumas mudanças. Atualmente o ensino médio busca oferecer uma educação que possibilite aos jovens autonomia para que sejam capazes de acompanhar o avanço tecnológico e, que atenda as demandas do mercado de trabalho. ■

Nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, muitos países da América Latina aprovaram reformas que significaram profundas rupturas com a política educativa anterior que havia dominado a regulamentação curricular, que enfatizava os conteúdos relacionados com a transmissão de informação e de dados, sendo substituída por um currículo baseado no domínio de competências, pois, havia a necessidade de indivíduos preparados para atuar de forma globalizante e o antigo currículo não conseguia prepará-los para estas tarefas.

Diante no que diz respeito ao ensino médio profissionalizante, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicado o Decreto nº 5.154/2004, 23 de Julho de 2004 e, incorporada pela lei nº 11.741/2008, que alterou os dispositivos da LDBEN, que traz uma nova concepção de ensino médio à educação profissional e tecnológica, possibilitando a integração entre a Educação Profissional de nível médio e o Ensino Médio - o EMIEP.

### **Educação Profissional e o Decreto N° 5.154/2004**

A trajetória na oferta do ensino médio no Brasil foi marcada pela dualidade e, pela desigualdade na oferta do ensino médio e, as discussões promovidas pelo MEC vem ao encontro à essa realidade ou seja, eliminar a segregação entre a oferta de ensino que é destinado a capacitar os jovens para o mercado de trabalho, denominados cursos profissionalizantes e as escolas de formação geral.

A proposta do Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - EMIEP foi criado a partir do Decreto nº 5.154/04, que define a educação profissional técnica de nível médio. Entendemos que o maior desafio deste programa é o de romper com a dicotomia entre a educação profissionalizante e os conhecimentos específicos. De acordo com esse Decreto, o ensino profissional tem como finalidade desenvolver uma formação articulada, integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio.

O EMIEP é um programa que visa superar a ideia de que o ensino profissionalizante seja apenas um ensino que prepara os jovens para atender as demandas do mercado de trabalho. Tal programa busca sim, oferecer uma educação para o trabalho, porém, sua proposta está direcionada à formação humana, à ciência, à cultura, o trabalho e a tecnologia.

O EMIEP é uma modalidade de educação que surge para oferecer ao aluno egresso do Ensino Fundamental a possibilidade de fazer o Ensino Médio junto com a educação profissional, ou melhor, a formação geral integrada a formação técnica, atrelando a oferta da Educação Básica e a formação para o trabalho. Assim, essa modalidade de ensino, poderá ser oferecida pela mesma instituição de ensino, com a realização de uma única matrícula, ou destinada aos alunos que já concluíram o ensino médio.

De acordo com Ciavatta (2005, p. 85) “o objetivo do ensino integrado seria de preparar o jovem para a vida e para o mundo do trabalho, ou seja, possibilitando a ele uma atuação como cidadãos críticos, integrado à sociedade em que vive”.

A integração estabelecida no Decreto nº 5.154/04, promoverá uma formação geral e, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, possibilitando aos jovens a continuidade aos estudos, com um diferencial da habilitação técnica. Ainda conforme o mesmo decreto, parágrafo primeiro do artigo quarto define que a [...] articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

**I - integrada** oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

**II – concomitante oferecida** somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso.

**III – Subsequente** oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, Legislação Básica da Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2005. p.6).

Entendemos que a integração do ensino EMIEP se apresenta como uma alternativa de educação que visa formar jovens com capacidades manuais e ao mesmo tempo intelectuais, capaz de agir com autonomia e competência diante dos obstáculos que possam surgir, assim, o ensino profissional perde o caráter de mero instrumentalista, ou seja, jovens trabalhadores, com formação técnica, porém jovens intelectuais.

Segundo Ciavatta (2005), vincula à ideia de tornar o jovem por completo:

Queremos tornar íntegro, inteiro o sujeito dividido pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Queremos superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na apropriação histórico-social (CIAVATTA, 2004, p.1).

Portanto, a educação se constitui, como um valioso instrumento que permite ao homem formar e se construir em um ser digno e consciente de suas ações, pois é através da educação que o homem constrói a sua cidadania, interagindo com o meio social em que vive, podendo ou não ser o construtor de sua própria história.

### **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado de Mato Grosso**

Atualmente diante das constantes mudanças geradas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, a educação profissional dedica-se a atender a demanda de mão de obra que emerge do crescimento da oferta de empregos. Assim, a educação profissional investe na capacitação de pessoas que possam exercer sua cidadania e o trabalho, no contexto de uma sociedade dinâmica e globalizada.

No que diz respeito ao Estado de Mato Grosso, uma das metas do governo do estado para elevar a qualidade do ensino e adequar-se aos desafios apontados pela sociedade globalizante, é a de contemplar, no âmbito do Ensino Médio, as distintas possibilidades propostas no Decreto nº 5.154/04, de modo a considerar as diferentes realidades dos jovens matogrossense, com vistas à sua inclusão social.

O Ensino Médio Integrado no estado de Mato Grosso foi implantado no ano de 2007, na tentativa de ampliar a oferta do ensino na rede pública estadual com qualidade, cuja proposta está ancorada na aquisição de conhecimentos atrelado ao desenvolvimento tecnológico e na valorização cultural integrando-os com a atividade prática (SEDUC/MT, 2010).

O objetivo a ser atingido é formar um cidadão com capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade e rapidez, de modo a atender a demandas dinâmicas que se diversificam em qualidade e quantidade, não para ajustar-se, mas para participar como sujeito na construção de uma sociedade em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, assegurando qualidade de vida e preservação da natureza (SEDUC, 2010, p. 66).

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, por ser um programa educacional ainda recente, precisa de políticas educacionais que prevê e garanta a qualidade na oferta do Ensino, proporcionando aos alunos uma formação geral, sólida, com

fundamentação teórica, cultural, científica, que possibilite a formação de cidadãos comprometidos, crítico e não alienados.

Em Rondonópolis - Mato Grosso, esse programa de ensino foi implantado em duas escolas pilotos, ambas localizadas no centro da cidade, a qual recebe alunos de variados bairros da cidade, a primeira em 2007 e a segunda em 2009.

### **Os colaboradores na produção da pesquisa**

A abordagem metodológica adotada é a Comunicativa Crítica. Tal metodologia foi criada pela Universidade de Barcelona, pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades Sociais - CREA. Os fundamentos que norteiam a metodologia estão alicerçados na teoria da Ação Comunicativa de Habermas e na teoria da Ação Dialógica de Freire.

A investigação comunicativa crítica tem por finalidade transformar a realidade social através da ação comunicativa. O investigador estabelece uma relação de igualdade entre as pessoas do grupo, sendo que sua palavra só é aceita pela validade de seus argumentos, os sujeitos investigados participam do diálogo de maneira igualitária. O investigador tem o compromisso de proporcionar um diálogo igualitário entre o grupo de discussão e, que o mesmo possa contribuir para a transformação da realidade social, sendo assim possível conhecer cientificamente a realidade social de maneira objetiva (MELLO, 2006).

Em relação ao procedimento metodológico da pesquisa, utilizamos os seguintes instrumentos para a coleta de dados:

- 1) Grupo de Discussão Comunicativo Crítico: é uma técnica indicada quando se pretende descrever e compreender percepções sobre uma determinada situação, pois supõe um diálogo igualitário entre a pessoa investigadora e a comunidade que participa da pesquisa por meio de encontros realizados, cujo objetivo é a interpretação conjunta do objeto pesquisado e, ocorre através da comunicação entre todas as pessoas participantes. Os sujeitos que participaram desta técnica foram alunos pertencentes às turmas dos terceiros anos em Vendas e Logística.
- 2) Relato Comunicativo Crítico: refere-se à uma técnica semelhante às entrevistas abertas e, ou semiestruturadas, o que possibilita uma análise em profundidade. Os relatos foram realizados com três professores dos alunos das turmas mencionadas anteriormente, um coordenador e o diretor.

Vale informar que, como o estudo investigativo aqui apresentado encontra-se em andamento, apresentaremos apenas alguns dos dados coletados, cuja análise é parcial.

O *locus* onde a pesquisa está sendo realizada é uma escola estadual situada no município de Rondonópolis. O número total dos sujeitos participantes da pesquisa são 35 (trinta e cinco), sendo 15 (quinze) alunos do 3º ano do curso de Vendas, 15 (quinze) alunos do curso do 3º ano de Logística, 03 (três) professores desses mesmos cursos, 01 (um) coordenador e o diretor.

Os estudos das diretrizes do EMIEP e sua respectiva implementação na escola investigada, ocorreram em um curto período de tempo, sendo que as alternativas dos cursos foram escolhidas pelo quadro docente, entretanto a aprovação dos atuais cursos ocorreu mediante a aprovação da SEDUC MT, atendendo a demanda econômica do município.

Nesse sentido, com no intuito de compreendermos melhor como se deu a implementação do Ensino Médio Integrado no Estado de Mato Grosso, com relação à formação/capacitação dos docentes que atuavam no ensino técnico, bem como, a concepção tanto dos professores, quanto dos alunos apresentamos o relato de uma das professoras que nos esclarece sobre esse assunto:

Concepção da professora - formação docente

*Na verdade, o que a Seduc fez, é(...) ela chamou alguns professores para a formação, o professor de biologia, de química, de geografia, eu fui também, é(...) mas não foram todos os professores. Eles fizeram assim, por parte, por pedaços, né (...) é (...) foi feito uma formação nesse sentido. A formação, apesar de ter sido boa, foi falha, em muitas coisas, nós tínhamos muitas dúvidas e, essas dúvidas não foram sanadas em momento algum né (...) Era mais assim: a gente ia para a formação, mas essas formações, elas não atingiam os objetivos que era as angústias da própria escola né (...), então, assim(...), nós tivemos formação, nesse sentido, nós tivemos orientações de material de leitura, isso sim. A prática em si, faltou (Relato Comunicativo Crítico 1 – Professora L.M., 2014).*

No entendimento da professora L.M, apesar da escola ter adotado a modalidade do Ensino Profissionalizante em 2009, sua implementação não aconteceu imediatamente. Segundo a professora, mediante a inexistência de investimento na formação geral dos profissionais da escola e, talvez por esse motivo que dificultou a realização do planejamento coletivo entre os professores, haja vista que, muitos dos professores do curso técnicos são contratados por um determinado período, não possuindo vínculo empregatício, fato este que contribui para a rotatividade de professores.

Para a professora entrevistada, além da questão referente à formação e capacitação, outro fator importante a ser destacada na visão de L.M., é com relação aos objetivos e finalidades deste sistema de ensino:

*Nós até fizemos uma reunião aqui na escola, é (...) logo, bem no início das turmas, não foram nessas últimas, é (...), para fazer na verdade, essa fala né (...), dos objetivos, de como aconteceu, mas ainda foi muito pouco né (...), até porque os professores que são da área técnica, que estão em outras escolas, por serem interinos, eles mudaram muito, então, assim, não teve uma continuidade de trabalho (Relato Comunicativo Crítico – L.M., 2014).*

Por meio do relato de L.M., tanto a condução da inserção dessa modalidade de ensino na escola, por parte da Secretaria Estadual de Educação, quanto o comprometimento por parte dos profissionais da escola, na visão da professora, comprometeu desde o início a implementação dos cursos, uma vez que os mesmos desempenhavam atividades em outros estabelecimentos e não participavam dos estudos, desconhecendo a proposta, os objetivos do programa e sua concepção.

Outro ponto relevante detectado nos relatos dos docentes, bem como no grupo de discussão comunicativo crítico, realizado com os alunos, foi com relação à falta de investimento na infraestrutura e de material didático referente aos cursos, contribuindo para que os professores atuassem em desacordo com os princípios do programa.

Assim, durante a realização do Grupo de Discussão com os alunos do 3º Ano A Logística, foi abordado a questão da infraestrutura e dos recursos didáticos destinados ao ensino técnico da escola, é possível identificar os seguintes apontamentos:

*Acho que a questão também de recursos para o ensino integrado, a qualidade é extremamente fraca, por quê? Por que nós não temos nenhum livro específico para o EMI, não temos. Os professores querem por conta deles fazer as apostilas e, a questão das salas de vídeo, professores tem que marcar, é o maior sofrimento para conseguir a vaga na sala de vídeo, porque são muitos professores, muitas turmas. Outra coisa tem o livro na biblioteca da parte de logística e, o aluno não pode pegar, os outros livros podem, mais os específicos pra nós não podem, então, quer dizer, se precisa de uma pesquisa mais aprofundada em casa, nós não podemos utilizar desse material, então, acho que para o EMI é extremamente ruim, a quantidade de benefício que é dado assim, para nós estudar (Grupo de Discussão Comunicativo Crítico – aluno: E.S.D/2014).*

As análises preliminares aqui apresentadas apontam algumas das dificuldades e dos obstáculos na implementação e no desempenho do programa. Até o momento, temos algumas pistas sobre o assunto, uma delas provém das ações políticas, haja vista que, a elaboração e, o planejamento dos projetos dos cursos, ocorreram de forma aligeirada, no que diz respeito à formação/capacitação dos professores envolvidos, não priorizando o envolvimento de todos os profissionais, na formação das diretrizes do programa. Outro ponto importante, que merece

também atenção, diz respeito ao envolvimento e comprometimento dos professores envolvidos.

Diante disso, por ser uma pesquisa em andamento, a mesma encontra-se em processo de construção, por esta razão, os dados aqui apresentados, são ainda preliminares e parciais.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de Implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e Gestão local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL, Profissionalizado. **Coletânea de textos para estudos sobre o Ensino Médio Integrado** Secretaria de estado de Educação de Mato Grosso. MEC/SETEC, 2008.

\_\_\_\_\_, Legislação Básica da Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2005.

CIAVATTTA, Maria. FRIGOTTO, Gaudêncio. RAMOS, Marise. (orgs.) **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo, Cortez, 2005.

GÓMEZ, Pérez, GIMENO Sacristán, J. A. I. **Comprender e Transformar o Ensino.** Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino Médio:** Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2001.

MATO GROSSO, Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso. **Orientações Curriculares:** Concepções para a Educação Básica. Cuiabá, SESUC-MT, 2010.

MELO, Roseli Rodrigues de. **Metodologia de investigação comunicativa:** contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola Com e para todas e todos. 29ª reunião ANPED, Goiânia, 2006;

SEVERINO, A. J. **Educação, Sujeito e História.** São Paulo: Olho d'Água, 2001.